

A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPUBLICA

Lívia Diana Rocha Magalhães

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

lirocha@uesb.br

Na conjuntura de construção do Estado Republicano Nacional, a quem coube a tarefa de pensar, de forma sistematizada, a educação? Atualmente, que tipos de estudos dão atenção à organização da educação naquele período? Esses campos de estudos têm passado por revisão conceitual? No atual estágio de desenvolvimento da pesquisa em História da Educação na Primeira República no Brasil, há espaço para o estudo do regional e do local?

Frente às questões postas, vamos nos arriscar a apresentar um primeiro levantamento, precário mesmo, da História da Educação na Primeira República, tomando como base as perguntas acima colocadas, e na tentativa de uma breve caracterização analítica dos estudos localizados. Antes, cabe revelar algumas dificuldades encontradas ao organizar o tema, uma vez que não somos, propriamente, estudiosos do período e destacando que, face ao curto espaço de tempo destinado a esta tarefa, não tivemos condições de apresentar um estado do conhecimento, mais completo. Destarte, tomamos como base de argumentação as perguntas indicadas, embora tal procedimento não signifique considerar que os próprios estudos ora existentes nos indiquem as respostas. Diante do exposto, não é de se estranhar a nossa forma de tratar o assunto.

Outrossim, vale mencionar que deixamos de fora algumas obras importantes, principalmente ensaios clássicos sobre o Brasil e sobre a Educação, uma vez que tal encargo já foi suficientemente cumprido em comunicação anterior pelo Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves na Videoconferência intitulada *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública no Brasil Colônia: mapeamento prévio para a produção do Estado da Arte em História da Educação*, realizada no dia 17 de março de 2005, dentro da Programação do HISTEDBR.

Inicialmente, cabe lembrar que as condições econômicas, sociais e políticas em que, objetivamente, se instalou a República nos ‘estados’ e nos ‘municípios’, não mudaram de

uma hora para outra, apesar da mudança do regime político-administrativo em âmbito nacional.

Ao lado disso, cabe, ainda, lembrar a diversidade regional que interferia na composição política e administrava das unidades federativas. A título sintético, lembremo-nos que as várias oligarquias regionais articuladas, de base socioeconômica, distintas e próximas: no Nordeste (mais predominantemente latifundiária-patrimonialista), e em São Paulo (mais agrária-mercantil), continuavam como o grupo social dominante.

A maioria das províncias se encontrava, no início da República, em uma situação econômica desfavorável, o que não era o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cuja hegemonia econômica e política se alcinhou como a “Política de Café com Leite”. O caso da Bahia, por exemplo, é assim situado por Nunes (2003), baseando-se em Almeida (1952), para falar da situação de falência que permeava o Estado: “Em 1880 ocorreram muitas falências, com muito desânimo dos produtores e comerciantes, e a economia só se reanimou no começo dos anos 90 [...]”. Nunes prossegue, com base na afirmação de Gomes (1958), enfatizando o quanto: “A elite intelectual urbana da classe média necessitava do apoio dos coronéis para a conquista dos postos de comando” (p.65).

Por sua vez, o processo de urbanização se organizou, simultaneamente com o “fortalecimento da economia agrário-exportadora, que, em longo prazo, conformará o Estado Brasileiro à sua própria imagem [...]” (PINHEIRO, 1985, p. 23), em um processo no interior do qual há uma perversa diferenciação social, matizada com negros e brancos, principalmente provenientes de campônios, sem condições de manutenção e, principalmente, depois da primeira guerra Mundial, completada por profissionais liberais, funcionários, empregados e inclusive operários urbanos.

Se isso é sabido, uma pergunta nos impõe: a quem coube e como ocorreu o processo de ‘reorganização’ da educação durante o processo de instauração, lenta e gradual da República?

De uma maneira simplificada, poderíamos dizer que a tarefa de ‘pensar’ a Educação na Primeira República, da mesma forma como ocorreu a respeito dos estudos da História do Estado Monárquico no Brasil, até pouco tempo atrás, coube “às confrarias de elites ilustradas, formadas na tradição iluminista, reproduzindo o modelo europeu” (NEVES, 2002 p. 8), naturalmente, observadas as devidas condições, inclusive intelectuais das, então, unidades federadas. Ademais, as reformas nacionais de educação indicam que as idéias e matizes ideológicos correspondem à imagem das idéias prevalecentes no poder central.

Durante todo o período da Primeira República, parece terem sido os positivistas quem ‘pensaram’ a Educação e efetivaram as reformas educacionais, em nível nacional. Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, entre 1890 e 1891, realiza a reforma do ensino primário e secundário. Em seguida, o gaúcho Rivadávia Corrêa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores realiza, durante sua gestão (1910-1914), segundo Cunha (1980) “uma das mais ousadas e heterodoxas reformas da educação escolar no país” (p.139). Depois destas, aconteceram a reforma de Carlos Maximiliano (1915) e a reforma de ensino de Rocha Vaz em 1925.

Ao lado disso, o ideário liberal que defendia o mesmo regime, no processo de conciliação que dominava a realidade política e econômica da República, em geral, foi quem preparou a organização das leis educacionais nos estados, cuja representação mais forte, no início da República, foi a de Francisco Campos, entre 1890 e 1896, em São Paulo.

As demais, a partir dos anos 20, passam a hegemonizar os projetos de organização da educação a ser construída e passam a referendar, inevitavelmente, os estudos localizados sobre a educação. Cabe lembrar que na Constituição de 1888: “Cabia à União legislar sobre o ensino superior na Capital da República, cabendo-lhe, não privativamente, criar instituições de ensino secundário nos estados e promover a instrução no Distrito Federal: Aos Estados se permitia organizar os sistemas escolares, complementares; [...]”. Embora, seja sabido o quanto essa situação, de certa forma, se tenha mantido próxima das condições que se operavam durante o Império: autonomia sem condições operacionais e materiais para tal.

Aliás, uma situação que quase sempre aparece desprovida de um sentido verdadeiro em nossa história, cabendo ressaltar a observação de Konder (1980) de que, quando as 13 colônias se tornaram independentes na América do Norte, ocorreu a alternativa de confederação ou federação, e o debate tomou conta de todo o século XIX. Para o autor, no Brasil, ao contrário, a federação surgiu com as idéias de descentralização, o que é uma contradição nos termos, uma vez que *Federatio*, em latim, significa união, conjunção. Aqui, a federação significou uma reação contra o centralismo monárquico que era, sobretudo, patente no campo administrativo (p.4).

Sendo assim, no tratamento sobre a Educação na Primeira República é quase inevitável que os estudos façam recorrência aos materiais e testemunhos da História da Educação, cujas fontes escritas: relatórios, leis educacionais etc, nos levam a uma aproximação entre a análise macro-estrutural e as suas sínteses explicativas, e, de certa forma, aos processos individuais expressos nas reformas de Sampaio Dória (1920), em São Paulo; de Lourenço Filho, em 1923, no Ceará; de Anísio Teixeira, em 1925, na Bahia; de Francisco Campos, em 1927, em Minas Gerais; de Fernando de Azevedo, em 1929, no Distrito Federal; de Carneiro Leão, em 1929, em Pernambuco e a de Lourenço Filho, em São Paulo, ocorrida em 1930.

Dentro dessa perspectiva, o enfoque macro da educação, muitas vezes, é tomado como uma categoria normativa que se situa quase no mesmo plano tanto da política, das idéias, como da realidade concreta. No entanto, cabe observar que outras tantas idéias também circulavam e estabeleciam o conflito com o regime, porém, com pouca visibilidade, quando se compara com aquelas que contam com o apoio da institucionalização oficial: anarquistas; socialistas etc, sem se falar de uma maioria que era desprovida sequer dessas possibilidades.

Não é incomum, portanto, dividir o estudo da Educação do período em questão, em dois momentos. Um primeiro momento, correspondente ao início da Primeira República, quando os ideais estabelecidos para o novo regime e a autonomia constitucional adquirida

pelas unidades federadas não aconteceram de fato. Por exemplo, é bastante reiterativa a recorrência ao pensamento de Fernando de Azevedo (1964) quando considera que a República: “[...] do ponto de vista cultural e pedagógico, não vingou: foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas” (1953, p. 134). E, em seguida, depois de seu Relatório em 1926, da efetivação do regime, em decorrência de momento histórico quando vão acontecer as reformas educacionais estaduais, principalmente a partir dos anos 20.

Sem dúvida, a partir dos anos de 1960 em diante, coube às Universidades, principalmente aos cursos de Pós-Graduação e, mais recentemente, aos grupos de pesquisa, começarem a pesquisar essas propostas meta-históricas, e seus espaços de mediação com o particular: nos estados, nas regiões, nos municípios, nas escolas etc. Esses processos passam, cada vez mais, a serem estudados em sua projeção particular, aonde vão explicitando-se, não só as categorias e representações sociais, mas suas realizações contextuais, em seus diferentes formatos, ao longo de um mesmo tempo, revelando que, dentro de uma historicidade mais ampla, há outras, em seu processo dialético – geral e singular.

Diante do exposto, de uma maneira simplificada, podemos dizer que o estudo sobre a História da Educação na Primeira República:

- a) Do ponto de vista da periodização, adota os marcos temporais, correspondendo ao período convencional, entre 1889 a 1930, havendo cortes, principalmente a partir de 1920. Dentro de um processo social, político e econômico, em sua composição hegemônica liberal e em movimento de disputa pelas condições urbano-industriais, dentro do mesmo regime;
- b) Os temas mais recorrentes dizem respeito à descentralização da educação, à legislação educacional e às idéias educacionais, seguidos do estudo da legislação, no âmbito estadual, e aos estudos sobre a institucionalização da escola;

- c) Do ponto de vista da origem das fontes consultadas, embora tenhamos que ser cautelosos, dado o limite de nosso levantamento, parece que o recurso mais utilizado pelos textos produzidos entre 1970 e 1980 tem sido a História da História da Educação, quer dizer, a pesquisa e a análise focando fontes escritas, secundárias publicadas — com uma importante transição, nos anos seguintes, para o uso de fontes primárias, particularmente para o estudo do local, do regional, bem como para o alargamento da concepção e o uso das fontes escritas (documentos) e imagéticas (fotografias).

A título de uma primeira radiografia, situaremos, a) pelo menos, dois manuais de História da Educação; b) os estudos intermediários que tratam da organização, funcionamento e idéias que dão origem e sentido à educação no período; c) depois, estudos que focam a descentralização do ensino, principalmente nos estados; d) em seguida um dos estudos que parece ser uma matriz das novas formas de abordar a história da educação; e) e, finalmente, mapearemos estudos mais recentes produzidos pelos cursos de pós-graduação a quem imputam, na área, matrizes teóricas distintas, provenientes da USP e da UNICAMP; f) para, finalmente, proceder a uma breve situação dos trabalhos dos grupos de pesquisa do HISTEDBR, por conta da finalidade que temos que alcançar – em direção ao seu aniversário de 20 anos.

A modo de síntese, pretendemos agrupar esses estudos, segundo uma primeira observação, nos seguintes marcos conceituais:

1 - Primeiro, estudos que dão especial atenção para a determinação do todo sobre as partes – de modo recíproco ou dialético – para as estruturas econômicas e as estruturas de poder correspondentes/predominantes e para a constituição político-administrativa de um Estado “moderno”, que conserva a sua origem cultural oligárquica e apresenta uma política educacional — sob a capa de ideologias e de ideais ‘novo’ que, na realidade, não correspondem com a realidade concreta ou pensada;

2 - Segundo, os estudos que dão atenção para a organização da educação no período em foco, para a sua constituição e para o entrelaçamento entre as partes e o todo — dos ideais, dos sistemas educativos e/ou dos níveis educacionais — e para o seu estado na realidade política nacional em curso, e vice versa ;

3 - Terceiro, a educação e a sua ação sobre os sujeitos ou a relação entre os chamados sujeitos e a estruturas ativas da educação, a constituição da escola e de seus sujeitos, representação, consciência e subjetividade em sua relação, estabelecendo (ou não) uma inter-relação entre as partes e o todo.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: OBRAS E ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE OS ANOS DE 1970 A 1980.

Tomando o fio condutor apontado acima e observando a impossibilidade de condicionar as obras e os estudos sobre o tema a uma absoluta fidelidade com a síntese que apresentamos, poderíamos situar o seguinte quadro:

Inicialmente, no quadro dos manuais de “História Geral da Educação” há uma recorrente consideração sobre a artificialidade da descentralização administrativa da educação. A *História da Educação* de Otaíza Romanelli, cuja primeira edição data de 1977, está em sua vigésima edição (ou mais), sendo, portanto, uma das publicações, cujo número de edições, indica sua importância e qual é a literatura predominante na formação de várias gerações dos cursos na área de educação. Nesta obra, a História da Educação na Primeira República é apresentada como parte do período antecedente ao seu recorte de estudo (1930-1973), a partir do qual a autora estuda como evoluiu a economia, a cultura e a forma sob a qual se organizou a evolução do sistema educacional no País. No livro, a Primeira República é apresentada como a continuidade de um sistema político-administrativo que não opera mudanças efetivas na educação, principalmente até 1920, persistindo “[...] a descentralização do ensino, ou melhor, a dualidade de sistemas [...] que se vinha mantendo desde o Império” (p.41), e provocando “[...] uma desorganização completa na construção

do sistema educacional, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros (p.42). Sendo que, para a autora, as reformas educacionais, todas elas: “não passaram de tentativas frustradas [...]”.

Outro manual, de Maria Luisa Santos Ribeiro, cuja primeira publicação é de 1978, passou a ser uma obra “ampliada” pela autora, a partir de nova edição, em 1993. Neste trabalho, a discussão em torno da hipótese, do marco teórico e do método não pode ser ignorada, uma vez que, derivada da matriz marxista, que reforça a história econômica, representa a primeira tentativa de “cientificidade da historiografia da educação”. A autora, em molde pioneiro na época, recorre a dados quantitativos procedentes da estatística oficial ou de fontes secundárias, reorganizados de acordo com os temas tratados. Contudo, faz acontecer uma subordinação quase absoluta da estrutura micro à estrutura macro.

Maria Luisa Santos Ribeiro retrata a organização escolar a partir de uma classificação de modelos econômicos e retrata a Educação na Primeira República no contexto de um ‘modelo agrário-comercial exportador dependente’ que se manifesta na formulação de leis educacionais improvisadas, com base em um transplante cultural de ideologias e idéias educacionais. Na visão da autora, a descentralização da educação e as reformas educacionais, não correspondem com a resolução dos problemas da organização escolar, o que é demonstrado pelos dados estatísticos sobre o analfabetismo e os níveis de ensino: primário, médio e superior, dentro das possibilidades de acesso aos levantamentos. Além disso, as idéias não correspondem com a realidade, pois, segundo a autora, o seu desconhecimento sobre as causas dos problemas educacionais, bem como o puro consumo de idéias comprometem basicamente a concretização dos objetivos dos educadores ‘novos’ (p.124). Porém, ressalta Ribeiro, “O aspecto positivo resultante de males deste transplante cultural está no fato de ter levado os educadores a diagnosticar as deficiências da estrutura escolar brasileira e denunciá-las categórica e permanentemente [...]” (p.12).

Em seguida, no segundo bloco, encontramos com estudos analíticos sobre a organização da educação em sua formulação institucional e conjuntural. Jorge Nagle (1975) realizou um importante balanço sobre a educação na Primeira República que vem servindo de referência

para quase todos os estudos do período. O autor anuncia que vai estudar a educação “numa visão compreensiva, de determinadas características do período cronológico situado entre 1889 e 1930”. Apresenta um estudo sobre a organização da educação, suas idéias, legislação, níveis e as suas peculiaridades no decorrer do período, inclusive criando denominações como ‘Entusiasmo pela Educação’ e ‘Otimismo Pedagógico’ que, daí em diante, vão ganhar efetiva expressividade nos estudos sobre a educação, toda vez que se tratar do período. Primeiro, situa o fervor ideológico que antecedeu à proclamação da República, cujo tripé é sustentado na idéia da democracia, federação e educação e, depois, o seu arrefecimento. Em termos operacionais, considera que essas idéias aparecem na reforma positivista, de Benjamim Constant (1890) e na reforma secundária paulista, sob a direção de Caetano de Campos (1892), que se pautava no princípio democrático-liberal. Segue sua análise, situada a partir de 1915, “um novo momento significativo: o do entusiasmo pela educação. São planos, idéias [...] trata-se (diz o autor) da “republicanização da República”, de “um movimento tipicamente estadual, de matriz nacionalista e principalmente voltada para a escola primária, a escola popular”, afirma. Em seguida, trata das chamadas “ligas nacionalistas”, cuja referência a Olavo Bilac é conhecida; depois, aos “profissionais da educação”; das Conferências Nacionais de Educação, de iniciativa da ABE; do inquérito de Fernando Azevedo, em 1926; e do chamado ‘otimismo pedagógico’, orientado pelos defensores da Escola Nova. Também trata das reformas, principalmente na área pedagógica; da continuidade do caráter das escolas profissionais desde o Império e das reformas do ensino secundário — ante-sala do ensino superior.

Vanilda Paiva, em *Educação Popular e educação de adulto: contribuição à história da educação brasileira* (1973), situa a educação popular na primeira metade da República Velha (1888-1914) e atribui a luta pela difusão do ensino elementar, no final da Primeira República, ao “entusiasmo pela educação” referido por Nagle.

Em a *Universidade Temporã, do Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas*, cuja primeira versão foi publicada em 1980, Luiz Antônio Cunha trata, no terceiro capítulo, do ensino superior na Primeira República, ressalta que a importância do positivismo e dos positivistas no desenvolvimento da educação escolar no Brasil é difícil de se exagerar, e

prossegue, considerando de este ser um tema ainda não desbravado pela nossa historiografia. Em seguida, analisa cuidadosamente as reformas Benjamin Constant (1891); Rivadávia Correia (1911); Carlos Maximiliano (1915), e Rocha Vaz (1925), do ponto de vista do ensino superior, sem, entretanto, deixar de lado os demais níveis de ensino. Recorre, também, às categorias de “nacionalismo” e do “entusiasmo” pela educação, apresentadas pelo estudo anterior. O mesmo autor retoma o assunto em outros artigos, dentre eles, *A Organização do Campo Educacional: as conferências de educação* e publica na Revista Educação e Sociedade (1981) quando realiza uma discussão sobre a história da educação e a participação de educadores na política educacional do estado, inclusive no Congresso de 1911, convocado pelo Estado de São Paulo, seguido de outros em Belo Horizonte e em Salvador (p.9).

Ainda nesse bloco, abrem-se os estudos que buscam a História da Educação Regional e Local, principalmente por meio das suas principais fontes documentais, em um sistema de relações entre o particular e o geral, em várias perspectivas. Logo, também uma possível história social da educação local e regional, do poder e de sua sociedade, de suas elites econômicas e ilustradas e é, em parte, no estudo desse período que se localiza um certo marco do giro conceptual da história da educação.

Em primeiro lugar, vamos tomar a última distinção. Um dos estudos que é considerado como o marco de um novo modo de fazer a História da Educação é atribuído, por alguns conhecedores, aos estudos iniciados por Marta Maria Chagas de Carvalho, inicialmente em seu estudo *A Escola e a República* (1989) no qual a autora considera que a “escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem para efetuar o progresso (bem como) a ação reformadora de Caetano de Campos em sua preocupação pública com o número de beneficiados com a educação e, mais tarde, em ambicioso projeto moral e intelectual”.

E, mais precisamente, Carvalho tenta inaugurar uma nova forma em: *Molde nacional e fôrma cívica: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*, primeiro, porque, como pode ser visto na introdução de seu trabalho, anuncia

uma crítica à historiografia da educação brasileira e se posiciona a partir de uma “nova abordagem”. Nas palavras introdutórias da própria autora: “Este trabalho não foi construído a partir de um referencial teórico rigidamente demarcado em que se enquadrasse os resultados da pesquisa empreendida”. Seguindo, observa que não pretende avançar para interpretações que não estejam respaldadas no limite da documentação, ou seja, na análise do discurso.

O trabalho propôs-se a fazer do discurso vinculado nessa documentação o próprio objeto de análise, que visa detectar o modo pelo qual uma “realidade nele elaborada é constituída como objeto de intervenção, para um agente determinado. Isto significou valorizar o enunciado. Significou operar com formações discursivas atentando para as operações pelas quais o sujeito da enunciação se posiciona no discurso [...] Nas interseções dos dois tipos aludidos, é possível construir a situação de elocução dos discursos examinados, desmontando as representações que o agente faz de si mesmo no ato discursivo, enquanto sujeito da enunciação. As representações de sua própria situação enquanto agente social, teatralizados na posição que assume no discurso, podem ser desmontadas, assim, exibindo-se com particularidade.

Em seguida a autora “desconstrói” algumas análises, problematizando a “narrativa de Fernando de Azevedo”, criticando a oposição tradicionalistas x renovadores e considerando que ambos tinham mais proximidades do que diferenças; Critica as afirmações de CURY (1978) quando este afirma que “o sentido modernizador dominante nas propostas dos renovadores sediados na ABE não foi como faz crer Azevedo e como alguns estudos repropõem – o da crítica do caráter excludente da escola quando fala dos renovadores, sediados na ABE; Questiona, ainda, as nomenclaturas criadas por Nagle, apresentadas acima, considerando que, para o autor, há “uma anterioridade temporal do entusiasmo pela educação em relação ao otimismo pedagógico”. Entretanto, para ela, Nagle não parece considerar o importante critério cronológico na distinção entre os dois movimentos” (p. 32).

Depois, Carvalho segue ressaltando que Vanilda Paiva trabalha com um limite temporal rígido, até 1925, para discutir a passagem entre o chamado entusiasmo e otimismo pedagógico e uma passagem entre educação e política para o enfoque técnico da educação, afirmando: “A documentação levantada neste trabalho não confirma o relato de Vanilda” (p.35) Contesta ainda a afirmação dessa autora de que “foi se tornando claro para o grupo

em luta pelo poder que, através da educação, a hegemonia política era problemática e demandava muito tempo” e volta a afirmar: “A história da fundação da Associação Brasileira de Educação não confirma essa interpretação”.(p.36). Em seguida, apresenta dados com base na documentação, que segundo ela, contrariam muitas das afirmações apresentadas no texto de Vanilda Paiva.

A incursão sobre chamada “nova história”, onde o tempo é construído conceitualmente e verificado empiricamente, fora de pressupostos especulativos (NEVES, 2002, p. 32), parece se evidenciar no trabalho da autora. A pergunta que se faz é se a produção do saber histórico em educação, de fato, foi abrindo-se a partir daí, deixando que penetrassem as novas abordagens da ciência da História, com seus novos campos, objetos analisados por procedimentos desiguais e suas técnicas variadas. Somada a esta, outra pergunta quer saber se deve haver uma prioridade para o estudo do regional e do local e de quais abordagens metodológicas estes se aproximam.

Mais uma vez, apenas vamos situar os estudos, esperando que eles nos indiquem as respostas, considerando que não tivemos acesso aos conteúdos de todos eles.

Nos estudos localizados, à primeira vista, tudo indica que vai se tornando importante pensar a gênese de um estado que, a princípio, não prescinde da organização da escola, e isto se torna mais visível na escala de observação da macro para a micro-história, quando os fenômenos passam a ser tratados, não como algo distinto do contexto histórico que os unifica, mas, que formam entre si uma recíproca ou dialética. No entanto, parece que são estudos da mútua relação entre o particular e o geral, que mais enfatizam a sua integração do que os seus conflitos. Porém, não há dúvidas de que o seu apoio material, bem como sua contribuição para a ciência, está, predominantemente, no levantamento bastante considerável de materiais empíricos, ou seja, de fontes, principalmente escritas e disponíveis ou dispersas nos arquivos dos estados, dos municípios, das escolas etc.

Se estas **escolhas metodológicas**, efetivamente, preenchem as lacunas e a fontes sobre a nossa história da educação, contudo, também correm riscos perigosos de perderem o campo

de seu conhecimento: a **historia da educação**, confiando apenas no conhecimento dado pelas fontes. Estas afirmações, no entanto, não significa que não aconteçam pesquisas de importância e de reconhecido mérito científico.

Na investigação da chamada efetivação da descentralização do ensino, por exemplo, vai aparecendo o estudo sobre a história institucional, em sua dependência da documentação disponível e dos seus princípios orientadores, tendendo a evidenciar seu acontecimento dentro do geral e ressaltar a sua importância, seu caráter singular e plural. Ou, vai aparecendo o estudo sobre o processo de organização da educação em seu âmbito concreto, particularmente estadual, sem perder de vista sua relação com o nacional, oferecendo, no mínimo, outra dinâmica na compreensão ou explicação sobre a factibilidade da política educacional, contrapondo-se ao discurso generalizado sobre a repercussão “negativa” das políticas e idéias educacionais e, até certo ponto, confirmando-a ou negando-a, observando a relação entre o uno e o diverso, que constituiu cada realidade federativa no Estado e na escola.

Nessa perspectiva, se torna evidente um volume crescente de trabalhos de dissertação, teses e de livros, principalmente delas decorrentes, confirmando que, a cada vez mais, a pesquisa da história da educação se localiza nos grupos de pesquisa e de Pós-Graduação das universidades. Apresentamos, a seguir de modo sintético, alguns dos estudos, do total mencionado, localizados por Estados. Naturalmente, com muitas lacunas, que possivelmente poderão ser preenchidas com as informações de outros colegas:

Em São Paulo, um estudo bastante conhecido é o de Moacyr Primitivo (1942) que versa sobre a instrução pública no Estado de São Paulo na primeira década republicana – 1890/1893.

Depois, Casemiro dos Reis Filho, em *Educação e a Ilusão Liberal de 1981*, realizou um importante estudo sobre a reforma Republicana do ensino Público Paulista – em seu processo de implantação entre 1890-1896. Segundo o mesmo autor, em São Paulo e por esforço do regime republicano liberal - democrático foi “realizado na criação de escolas

públicas de todos os níveis e graus. Esforço que perdurou enquanto manteve a crença no papel da educação como instrumento de reforma política” (p.4). Como decorrência, acontece, a partir daí, uma espécie de formação da historiografia do ensino primário no Estado de São Paulo.

Seguem a estes, os trabalhos realizados por Tanuri (1979): *O ensino normal no Estado de São Paulo* (1890-1930); por Infantsi da Costa (1983), *A escola na República Velha*; por Souza (1998), *em Tempos de Civilização: a implantação da escola primária no Estado de São Paulo* (1810-1910); Moraes (1990) *Socialização da força de trabalho: instrução e qualificação no Estado de São Paulo, 1873-1934*; Oliveira (1992): *Uma colméia gigantesca: escola profissional feminina de São Paulo -1920-1930*; Ademais, Jardim (2003), estuda *o ensino de música nas escolas públicas de São Paulo na Primeira República –189-1930*, em uma dissertação de mestrado; Tavares (2004), apresentou uma tese de doutorado intitulada: *Na marcha do ensino: a organização burocrática do ensino estadual no São Paulo Republicano - 1892/1910*; e Cardoso (1989) pesquisou sobre a modernização do aparelho de ensino “em São Paulo”;

Na Bahia, um estudo antecedente a estes foi realizado por Luis Henrique Dias Tavares em 1968, onde o autor apresentou um estudo sobre as duas reformas da educação na Bahia: a de 1895 e a de 1925, reformas estas “conhecidas sob o nome dos educadores que a lideraram: Sátiro de Oliveira Dias e Anísio Spinola Teixeira”. Segue a esse pesquisador, a tese de doutorado de Maria da Conceição da Costa e Silva (1999): *o ensino primário na Bahia: 1889-1930*; e *O primeiro Governador da Bahia republicana e seu projeto de reforma educacional*; *A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dantas* de Maria Antonietta Nunes e, mais recentemente, a sua tese de doutorado, que apresenta um estudo sobre a *Política Educacional no Início da República na Bahia: duas versões do Projeto liberal*, onde a autora realiza um estudo sobre as medidas educacionais dos governos provisórios, do início da República na Bahia, apresentando uma versão da dinâmica da instalação do sistema de governo e a organização do poder republicano na Bahia e da educação, com a localização de importante e exaustiva documentação primária.

No Ceará, encontramos um estudo datado de 1923, que é o de Craveiro, intitulado *A evolução do ensino no Ceará e a Reforma de 1922*.

Em Minas Gerais, em *Educação no Brasil nos anos vinte*, Ana Maria C. Peixoto (1983) realiza um estudo sobre a Reforma Francisco Campos, em Minas Gerais afirmando que: “Embora tenham sido intensos os trabalhos para a implementação da reforma, seus efeitos, do ponto de vista prático foram limitados“ (p.165) e prossegue acrescentando que a melhoria do ensino restringiu-se “[...] aos grandes centros, onde, através da Escola de aperfeiçoamento e das Escolas Normais, os novos métodos realmente se incorporam à rotina de alguma escola”, (p; 165). Antes, Mourão (1962) escreve sobre o ensino em Minas Gerais no tempo da República.

No Distrito Federal, André Luiz Paulilo (2001) apresenta dissertação de mestrado sobre a *Reforma educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal na década de 1920*, e “mostra as condições em que a instrução pública foi problematizada na década de 1920 e argumentada em favor do evidente interesse das políticas públicas desenvolvidas por Antônio Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, para reformar a instrução pública na capital do país, pela reforma social” Em 2004, também José Cláudio Sooma Silva retoma o tema, apresentando uma tese de doutorado sobre *A reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930)*. O autor mostra “os sucessivos planos de remodelação urbana - da Reforma Pereira Passos (1902-1906) até o Plano Agache (1927-1930) - no cotidiano da Capital”. Antes, em 2003, Rachel Duarte Abdala, em sua dissertação de mestrado, analisa *A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930)*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) que “analisa as imagens fotográficas geradas durante a reforma educacional realizada por Fernando de Azevedo, entre 1927 e 1930, no Distrito Federal, segundo a autora, procurando perceber o modo como a renovação escolar foi representada pela produção de dois fotógrafos - Augusto Malta e Nicolas Alagemovits - bem como a alteridade de expressão entre esses dois olhares”. Também Oliveira (1993) trabalhou sobre *A modernização oficial: a arquitetura das escolas públicas do Distrito Federal*.

No Espírito Santo, localizamos o estudo de Isabel C. Novais, que em seu livro *República, escola e cidadania*, realiza um estudo sobre três reformas para a educação no Espírito Santo (1882-1908). Em Mato Grosso, Reis (2003) publica: *Palácio da instrução. Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927)*, como dissertação de mestrado. Em Piauí, Lopes (2001) apresenta: *Superando a pedagogia sertaneja: Grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)*; Na Paraíba: Pinheiro (2002) apresenta a pesquisa: *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. No Rio Grande do Sul surge, com Corradi: *Controle e Ufanismo: A escola pública no Rio Grande do Sul (1989-1930)* em 1998; No Espírito Santo, Novais (2001) publica: *República: escola e cidadania: um estudo sobre três reformas para a educação no Espírito Santo (1882-1908)*.

Destarte, a reforma de ensino na década de 20 realizada nos Estados, estão sendo estudadas, contudo, ainda há lacunas a serem preenchidas. Ademais, ainda não localizamos todos os estudos sobre a Reforma de 1920 em São Paulo, na Bahia (1925), no Ceará (1922/23), em Pernambuco (1929) e em outros estados. Quiçá outros colegas possam completar estas informações. No Rio Grande do Sul, considerando a sua posição política durante a primeira República será necessário, também, uma revisão do conhecimento levantado, de uma forma bastante acurada.

Em menor número, encontramos estudos sobre algumas das idéias que perpassam o momento histórico da República, entre aqueles a quem nos referíamos acima, que aparece fora do processo do “sistema educacional”, como o de Jomine (1990) *Educação anarquista na república velha: algumas idéias e iniciativas pedagógicas*; Luizetto (1986) O movimento anarquista em São Paulo; a experiência da escola moderna no. 1 –1912-1919. Mazotti (1995) Educação popular segundo os sindicalista revolucionários e os comunistas na Primeira República.

È interessante observar que quase todos esses trabalhos buscam, sobretudo na documentação, a resposta para as multiplicidades das particularidades que a generalidade nacional aponta, enfocando-as nos estudos em nível estadual.

Depois de realizadas essas primeiras anotações, passamos a rastrear, na medida do possível, algumas dissertações e teses defendidas na USP, da década de 90 em diante, visando a observar o que os estudos nos ofereciam ,como amostra da centralidade de seu objeto e indicação conceitual, considerado o marco de discussão sobre as novas abordagens de que falávamos anteriormente, e que se situa a partir de uma das estudiosas de História da Educação da USP.

Tomando como medida as dissertações e teses defendidas na USP entre os anos de 1990 a 2004, das quais tivemos acesso ao resumo, não podemos localizar uma direção para a “nova história”, propriamente dita, ressalvando, é claro, que não tivemos acesso aos trabalhos completos e às suas metodologias.

Nas teses de doutorado/ USP, além daquelas sobre a reforma estadual citada acima encontramos, em Silva (1994): *Da Maria fumaça à fumaça das fábricas: a escola livre de sociologia e política de São Paulo (1922-1940)*. O período analisado no trabalho vai de 1922 a 1940, e inicia o estudo analisando o momento político, econômico, social e cultural que permite a criação da ELSP e trata, depois, da origem do projeto ligado à pedagogia do industrialismo (ensino técnico-industrial) e dos projetos da ELSP e da FFCL da USP.

Em Oliveira, (1994) *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a primeira República*, “A pesquisa objetivou investigar o andamento do ensino primário no Paraná durante a primeira república, em face das implicações de ordem social, econômica, política e administrativa que se refletiram nas atividades governamentais em relação à escola, professor e aluno [...] A pesquisa realizada seguiu a linha de estudo contextual de caráter histórico-regional”. Araújo (1995) reconstitui a trajetória de *José Augusto Bezerra de Medeiros - vida, educação, política*, em sua tese de doutorado “uma das vanguardas do movimento de renovação educacional no Brasil [...] O estudo da reforma da instrução pública no Rio Grande do Norte, realizada durante seu Governo (1924-1927), permite

flagrar as alterações no campo educativo e no em torno”. Sousa (1997) em *Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)* realiza “uma investigação sobre história institucional dos primeiros grupos escolares criados no Estado de São Paulo, abrangendo o período de 1890 a 1910. Busca, o autor”, explicitar as mudanças que essa modalidade escolar ajudou a introduzir no ensino primário e as suas implicações socioculturais no meio urbano, tendo, como principal eixo de análise, as representações dos profissionais da educação e a cultura escolar.

Biccas (2001) analisa *O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino “(1925-1940)”*, como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais, no período de 1925 a 1940. A autora buscou evidenciar as motivações que levaram os responsáveis pela educação naquele Estado a criá-la, destacando sua origem, interrupções e reativações na sua circulação e diferentes propostas editoriais. Rocha (2002), em *Matizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil: da geração da ilustração aos pioneiros da educação* resgata os sentidos diversos e contrapostos que assumem o ideário educacional, tomando como referência os discursos políticos de figuras de destaque no pensamento social brasileiro, em que o tema educacional nem sempre é o centro de preocupação dos autores, mas, nos quais a educação se encontra qualificada de alguma forma. Em Lima (2004), *O espectro da irregularidade ronda o aluno: um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a “criança-problema”* “a autora” procura demonstrar que, mais do que apenas excluir parte da população escolar, aquela considerada como "irregular", o uso da expressão "criança-problema" nos discursos educacionais teve como efeito ampliar o controle dos especialistas sobre todas as crianças [...]. Recorre-se, ainda, a textos de outros autores contemporâneos que empregam o referencial teórico de Foucault [...].

Tavares (1996), em sua dissertação de Mestrado, *Ordem e a medida: escola e psicologia em São Paulo (1890-1930)* faz a “descrição dos principais eventos que marcaram as relações entre o conhecimento psicológico e a cultura escolar paulista, durante os anos de 1890 a 1930, vistos através da retomada do ensino escolar da psicologia, e de algumas

iniciativas escolares, protagonizadas pelos professores e autoridades escolares da época; Moraes (1996), em *Literatura, memória e ação política: uma análise de romances escritos por professores*, para a dissertação de mestrado, efetua uma pesquisa para a “análise de quatro romances escritos por professores paulistas durante o período de 1920 e 1935, Com o objetivo de contribuir para uma História da Educação voltada para análise das práticas escolares e das representações que os professores constroem de sua história” e Vilas (2003), em *Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. São Paulo, 2003*. (Dissertação de Mestrado) discorre sobre o ensino e aprendizagem da leitura, veiculados pela *Revista de Ensino*, no período de 1902 a 1918.

Dentre o material que localizamos e encontramos, somente um se volta especificamente para a chamada História das Mentalidades: é o trabalho de Carlotta Botto (1990), intitulado *Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos*. Este é um estudo que, segundo a autora, “pretende tomar a educação como fonte para a historia das mentalidades, por ser este um campo de vastíssimo potencial e ainda não desvendado pela pedagogia”.

Encontramos também a tese de doutorado de Luciano Mendes Faria Filho (1996) denominada “Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte – 1906/1918” que se apóia nos procedimentos metodológicos da história cultural.

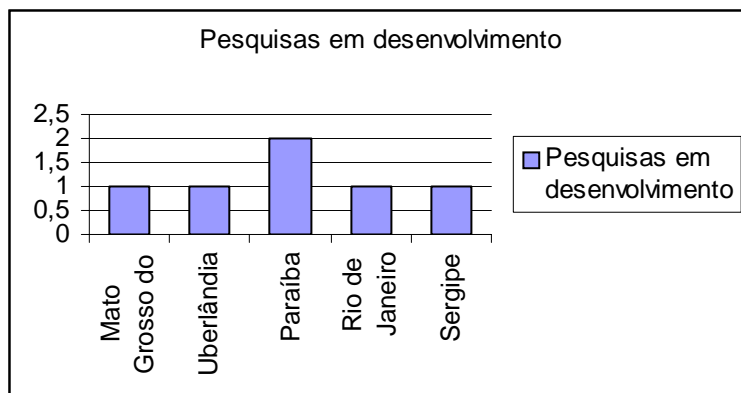
Encontramo-nos, portanto, estudos nos quais a localização do objeto manifesta uma tensão entre o particular e o geral, mantendo uma dinâmica dialética entre observação e explicação e, portanto, não propriamente a individualidade do fenômeno, mas a sua interação com as estruturas sociais mais amplas. Isto é notório tanto também nos cursos de pós-graduação quanto nos grupos de pesquisa da UNICAMP, e/ou ligados à Unicamp via HISTEDBR. Não podemos, entretanto, não seria prudente, arbitrar agora sobre qual o tipo de ‘olhar metodológico’ que predomina, sem proceder a um levantamento mais exaustivo do que nos foi possível neste momento.

Mas, o que nos parece é que, aos poucos, a História da Educação vai respondendo, de maneira mais ou menos ajustada, em termos de marcos conceituais e quanto ao método de questionar as suas fontes. Pelo menos, é o que fica evidenciado nos anseios presentidos nos debates da categoria, onde a disputa continua.

De acordo com um primeiro levantamento realizado, junto ao banco digital da UNICAMP, registramos algumas teses, defendidas a partir do ano de 2000 como: *A Escola Normal de Campinas no período 1920-1936: praticas e representações* de Maria de Lurdes Pinheiro (2003); *A concepção de educação nas obras de Sud Mennucci* de Isabel Cristina Rossi Mattos (2004); *das cadeiras isoladas a cadeira dos grupos escolares na Paraíba* de Antonio Carlos F. Pinheiro (2001); *o projeto de construção da nação na visão de Euclides da Cunha* de Raquel Aparecida Bueno Silva (2004); *A escola profissional para o sexo feminino através da imagem da fotografia*, de Nailda M.da Costa Ronato (2003); *José Veríssimo (1857-1916) e a educação Republicana* (2004). MORAES (1999) *A trajetória educacional anarquista na Primeira República: das escolas aos Centros de Cultura Social*.

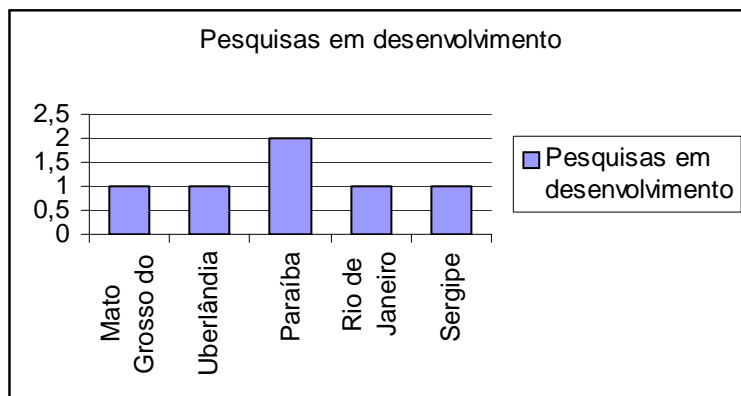
Em uma perspectiva similar vamos encontrar a produção dos Grupos de Pesquisa do HISTDBR, por meio do levantamento preliminar realizado (e gentilmente cedido) pela Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento e pelo Doutorando Manoel Nelito Matheus Nascimento, situando-os conforme a classificação adotada: Trabalhos publicados; pesquisas em desenvolvimento e desenvolvidas (concluídas).

Conforme podemos observar pelo levantamento preliminar realizado, dentre as pesquisas desenvolvidas sobre o período, há referências ao ensino secundário no Brasil e à legislação no Estado (GT Alagoas); sobre a escola como ilustração e o otimismo pedagógico (GT Uberlândia); uma pesquisa do GT de Cuiabá sobre a História Oral da Educação Mato-grossense e uma dissertação de mestrado (1994) sobre a *Proposta Educacional Metodista no Brasil: 1876-1914*, registrada como pesquisa do GT de Piracicaba, conforme o gráfico abaixo.



Fonte: Levantamento da produção dos GT's - 2004

Quanto às pesquisas consideradas ‘em desenvolvimento’, tratam sobre: a concretização do ideário escolanovista no ensino público paulista nas décadas de 1920 e 1930 (GT Alagoas); a organização do ensino público, representações de educação e civilização - Uberabinha, Minas Gerais, 1888-1930 – Análise documental e interpretação (GT Uberlândia); os grupos escolares na Paraíba (1917-1929); a história do ensino superior da Paraíba: da República Velha aos anos de 1990 (GT Paraíba); a história das escolas anarquistas no Rio de Janeiro (GT Rio de Janeiro) e sobre os impasses do ensino secundário em Sergipe: ensino humanístico ou ensino profissional (1889/1930) {GT Sergipe), conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:



Fonte: Levantamento da produção dos GT's - 2004

Sobre o período aqui discutido, encontramos na Revista On-line do HISTEDBR: *O advento da República e os grupos escolares no Paraná*, de NASCIMENTO; *A trajetória pedagógica de Eurípides Barsanufu*, de BIGHETO; *A solicitação de objetos para o expediente escolar de Goiás 1887/1930*, de VALDEZ; *As primeiras iniciativas do escolanovismo em âmbito internacional e nacional: a transposição do caráter público para o privado*; *O perfil do professor municipal de Uberaba no Império e Primeira República*; de VIEIRA; *Educação e civismo: impasses e perspectivas na imprensa de Uberlândia - MG 1920-1930*; DE CARVALHO e CARVALHO; *Mulher e Educação Católica –1889-1930* de Silva e Geraldo Filho; *Progresso, educação e história social: uma longa duração*, de ARAÚJO; *História e representações escola estadual de Uberlândia 1929-1950*; *A formação de “Bons Cristãos” e virtudes cidadãos na princesa do sertão: o Colégio Marista de Uberaba (1903-1916)* de SILVA E GATTI.

Nos capítulos de livros: CARVALHO (2002) *“Educação, ordem e progresso: a imprensa como divulgadora de concepção educacionais (Uberabinha, 1908-1915) CARVALHO e MÁXIMO (2002)”*. *Da ordem educacional ao progresso social: a concepção de educação veiculada pela imprensa (Uberlândia 1920-1945)* BORGES (2004); *Subsídios pra a história da formação docente no Brasil. Minas Gerais (1892-1930)*; CARVALHO e GONÇALVES NETO (2004): *O nascimento da educação Republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XXI*.

Embora as pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento não sejam lideradas pelo GT de Uberlândia, é interessante observar, do ponto de vista dos resultados da pesquisa, sobre o período, o avanço da produção desse GT. Tanto do ponto de vista da publicação como da apresentação de trabalhos destaca-se, pois, o trabalho do GT Uberlândia. A princípio, poderíamos dizer que as pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento no GT parecem ter superado o estágio das demais, do ponto de vista da sua operacionalização e resultados?

No entanto, sabemos que muitos outros grupos de pesquisa estão revistando a primeira República, particularmente considerando as pesquisas e discussões teóricas que vêm sendo capitaneadas pelos grupos do HISTEDBR, sobre a educação pública no Brasil.

Por exemplo, na pesquisa sobre a educação no Centro-Sul da Bahia, realizada em Vitória da Conquista pelo GT-Bahia, o grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos da Educação da Região (ligado ao Museu Pedagógico) vem realizando um mapeamento das escolas extintas na zona urbana de Vitória da Conquista, desde os primórdios (meados do século XVIII), a começar do ponto onde a cidade foi fundada e pretende irradiar a localização na mesma medida do povoamento e expansão urbana da cidade, recuperando os nomes dos principais sujeitos da educação escolar: alunos e professores, bem como reconstituindo as circunstâncias da organização escolar e do cotidiano das escolas, em cada momento histórico. Para isto, considerando a falta de fontes escritas, precisou recorrer a depoimentos de testemunhas ainda vivas ou de herdeiros e guardiões dos relatos comunitários, a exemplo do que recomenda Neves (2002, p.101), ao afirmar a importância da “oralidade produzida com entrevistas de pessoas de longa vivência ou fortes vínculos culturais na comunidade estudada, de notório saber sobre ela ou que, com ela, estabeleceram relações prolongadas”, este foi um dos procedimentos metodológicos utilizados pela equipe, nesta fase da coleta, que, de acordo com o projeto, em outra etapa vai ser enriquecido com coleta em jornais e arquivos públicos e particulares.

A partir das entrevistas realizadas com moradores que estudaram em escolas do Município entre 1910 e 1940, pôde-se notar que tanto o Ato Adicional à Constituição (1834), em que o ensino primário ficou a cargo das províncias, bem como a instituição da República Federativa, onde o ensino primário passou, prioritariamente, para a responsabilidade das unidades federadas – os estados (XAVIER, 1990; SAVIANI, 1998) e, ainda, devido às suas diferenciações geográficas e históricas, na maioria dos casos, a escola pública pouco se efetivou, como é o caso de Vitória da Conquista quando se estuda o período em foco.

A nosso ver, os primeiros esboços sobre a instalação de escolas em Vitória da Conquista – Bahia, constituem-se em registros importantes sobre os reflexos localizados dessa realidade, ou seja, se o Estado decretou, instituiu bases administrativas e legislativas para a educação, é

necessário investigar qual foi o seu alcance, como, também, na falta da presença deste, a quem restou o encargo com esse serviço e a quem a ele pode ter acesso.

Na nossa realidade, tudo indica, a maioria das escolas localizadas na Primeira República, eram de pequeno porte, em sua maioria ‘leigas’ e o seu atendimento dependia do poder aquisitivo do aluno – famílias que podiam pagar. A maioria levava o nome dos seus donos e algumas delas dependiam da locação do imóvel (geralmente uma casa, onde passava a residir também o professor, funcionando a escola, às vezes, em uma ou duas salas na frente da casa). Muitas vezes, o professor era parente ou aderente da família para a qual trabalhava, (principalmente na zona rural), e o mesmo constituía uma espécie de pequenos consórcios, que aliavam aspectos econômicos e sociais, tanto do ponto de vista dos mantenedores como dos beneficiários – ou seja, consórcios para atender às necessidades de trabalho dos professores e as necessidades de instrução dos alunos, conforme as exigências do momento e de suas classes sociais.(CASIMIRO e MAGALHÃES, 2005).

Naturalmente haveria ainda de se perscrutar mais sobre todas as nossas e outras pesquisas, considerando-se a fundamentação teórica e o seu significado para a *práxis* do presente, que o limite desse primeiro esboço não deixou ultrapassar.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Rachel Duarte. **A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930)**. São Paulo: 2003. Dissertação (Mestrado).

ALMEIDA, R. **Traços da História Econômica da Bahia no último século e meio**. In: Revista de Economia e Finanças, ano IV, 1952.

ANTUNHA, H.C.G. **A instrução pública em São Paulo: a Reforma de 1920**. São Paulo. Estudos e documentos FE/USP, v. 12.

BRANCO, J.E.R. **As lições de coisas no projeto republicano paulista (1890-1920)**. Dissertação de mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca: UNESP.

AZEVEDO, F. **A educação pública em São Paulo: problemas e discussões. Inquérito para o Estado de S.Paulo**. São Paulo: Nacional.

ARAÚJO, J.C. **Progresso, educação e história social: uma longa duração.** REVISTA On-line do HISTEDBR, n.16, 2005.

ARAUJO, Marta Maria. **José Augusto Bezerra de Medeiros - vida, educação, política.** São Paulo: 1995. Tese (Doutorado).

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1964. 803 p. esp. Parte Terceira: A transmissão da cultura.

BAHIA. Assembléia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. Divisão de Pesquisa. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana, 1889-1991.** Salvador: Assembléia Legislativa, 1996.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: O curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gerando (1830).** In Revista História da Educação da Associação sul-rio-grandense de pesquisadores em História da Educação n.º 3, vol 2, abril, 1998 p.95-119.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais : o caso da Revista do Ensino (1925-1940).** São Paulo, 2001. Tese (Doutorado).

BIGHETO, **A Trajetória de Eurípedes Barsanuf.** UNICAMP(SP) : Revista on-line HISTEDBR, n 12, 2003.

BORGES. **Subsídios pra a história da formação docente no Brasil. Minas Gerais (1892-1930).** 2004.

BOTO, Carlota Josefina. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos.** São Paulo: 1990. (Dissertação de Mestrado).

BOTO, Carlota Josefina. **Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910).** São Paulo, 1997. Tese (Doutorado).

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **Práticas da educação libertária no Brasil: a experiência da escola moderna em São Paulo.** São Paulo. 2004. Dissertação (Mestrado).

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. **Coisas velhas: um percurso de investigação sobre cultura escolar no Instituto de Educação "Joaquim Ribeiro" de Rio Claro (1928-1958).** São Paulo: 1997. Tese (Doutorado).

CAMARGO, P.E.B. **As primeiras iniciativas do escolanovismo em âmbito internacional e nacional: a transposição do caráter público para o privado;** Revista on-line do HISTEDBR, n.º15, 2004.

CARVALHO e GONÇALVES NETO. **O nascimento da educação Republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XXI.** In: História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa e novas investigações. São Paulo: Editores Associados e EDFU, 2004.

CARVALHO, C.H. e CARVALHO, L.B. **Educação e civismo: impasses e perspectivas na imprensa de Uberlândia - MG 1920-1930.** REVISTA On-line do HISTEDBR , nº 15, 2004.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **Educação, ordem e progresso: a imprensa como divulgadora de concepção educacionais (Uberabinha, 1908-1915)** In: **História da Educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique e MÁXIMO, Cirian Gouveia. **Da ordem educacional ao progresso social: a concepção de educação veiculada pela imprensa (Uberlândia 1920-1945)** In: **História da Educação em Minas Gerais.** Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

CARVALHO, Marta M. C. **A Escola e a República.** São Paulo: Brasiliense, 1989. (Col Tudo é História;127).

COELHO, Maricilde Oliveira. **Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910).** São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado).

Corrati B. **Controle e Ufanismo: A escola pública no Rio Grande do Sul (1989-1930).** In: História da Educação, nº 4. Pelotas: UFPE, 1998.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Bragança Paulista; S.P: Editora da Universidade São Francisco (EDUSF), 2001.

COSTA, Izabel Maria Villela. **Uma leitura sobre a história da política provincial baiana de formação de professores: A Escola Normal, 1836 a 1862.** Dissertação de Mestrado. Salvador: FAGED/UFBa, 1988. .

Craveiro, N. **A evolução do ensino no Ceará e a Reforma de 1922.** In: Revista Nacional. São Paulo: 1923, nº 7, p. 37.

CUNHA, L. **A organização do Campo Educacional: as Conferências de Educação e pública.** Revista Educação e Sociedade. v2, 1981.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Carlos R.Jamil. **Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais.** 3ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação – governo provisório do Mal. Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 319 p.

DIAS, Maria Aparecida Lima. **O espírito da educação - Maria Lacerda de Moura (1918-1935)**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado).

DICK, Sara Martha. **A origem da política pública do ensino secundário na Bahia: o Liceu Provincial, 1836-1862**. Dissertação de Mestrado. Salvador: FAGED/UFBA, 1992.

ESTEVES, Isabel de Lourdes. **As prescrições para o ensino da caligrafia e da escrita na escola pública primária paulista (1909-1947)**. São Paulo: 2002. Dissertação (Mestrado).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FARIAS, Gelásio de Abreu e MENEZES, Francisco da Conceição. **Memória histórica do ensino secundário oficial na Bahia durante o primeiro século: 1837-1937**. Bahia: Imprensa Oficial do /estado, 1937. .

FÁVERO, Osmar (org.) **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas, S.P.: Ed. Autores Associados, 1996.(Col. Memória da Educação).

FERRAZ, Tereza Lúcia Bittencourt. **Instrução e desenvolvimento educacional da capitania e comarca de São Jorge dos Ilhéus , 1550-1888** in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 96, 2001.

FARIA FILHO, L.M. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte –1906-1918**. São Paulo:USO (tese de doutorado), USP/FE, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: EDART, 1978.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Uso(s) do tempo : a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado).

GASPARIN, João Luís. **Comênio ou Da arte de ensinar tudo a todos**. Campinas, S.P.: Papyrus, 1994.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2^a ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994. 240 p. (Col.Magistério. 2^o grau. Série formação do professor).

GIOLO, Jaime. **Estado, igreja e educação no Rio Grande do Sul da Primeira República**.

GOMES, O. **Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro**. Salvador: UFBA, 1958.

COSTA, Infantsi da. **A escola na República Velha**. São Paulo: EDEC, 1983

JOMINE, R.C.M (1990) **Educação anarquista na República Velha: algumas idéias e iniciativas pedagógicas**. In: Pós-Posições. UNICAMP(SP), n 3, 1990.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)**. Salvador: Fundação Odebrecht / Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.1996.

LIMA, Ana Laura Godinho. **O espectro da irregularidade ronda o aluno : um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a "criança-problema"**. São Paulo, 2004 Tese (Doutorado).

LIMA, Marta Maria Leone. **O magistério como opção feminina**. In: Revista de Educação CEAP Ano 5, nº 16, março 1997, pp.43-48.

LOMBARDI, J.C. **Notas sobre o projeto Levantamentos e Catalogação de Fontes Primária e Secundárias da História da Educação Brasileira**. Brasília: INEP, 1995.

Lopes, A. P. C. **Superando a pedagogia sertaneja: Grupo escolar, escola normal e modernização da escola primária pública piauiense (1908-1930)**. Fortaleza: UFFC. 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira et alii. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Origens da Educação Pública - a instrução na revolução burguesa do séc. XVIII**. São Paulo: Loyola, 1981.(Col. Educ - Ação; 3).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989, 80 p. (Série Princípios; 51).

Luizetto (1986) **O movimento anarquista em São Paulo; a experiência da escola moderna** no. 1 –1912-1919.

MARQUES, Caio César Tourinho & NUNES, Antonietta de Aguiar. **O Ginásio São Salvador: primeiras décadas de ensino (1885-1905)** in: Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. II, 2001.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Casa Pia colégio dos Órfãos de São Joaquim – de recolhido a assalariado**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 1999. .

MATTA, Raymundo. **Rui: Conselheiro da Educação na Bahia (1881-1882)**. Salvador: Casa de Rui Barbosa / Associação /baiana de Imprensa, 1981.

MATTOS, I.C. **A concepção de educação nas obras de Sud Mennucci**. UNCIMAP/FE (tese de doutorado). 2004.

Mazotti, T.B. (1995) **Educação popular segundo os sindicalistas revolucionários e os comunistas na Primeira República**: São Paulo: FEUSP, 1995.

MEDEIROS, Ruy H. A. **A Idéia de Conquista e o Sertão da Ressaca. Conferência proferida no IV Congresso de História da Bahia**. Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. 1 (texto completo.) p. 283-296.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e a república** - Rio de Janeiro - Imprensa Nacional, 1941, 4 vols.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias - subsídios para a história de educação no Brasil 1834-1889**. São Paulo: Nacional, 1939, 3 volumes.

MOACYR, Primitivo. **A introdução e o Império**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, vols. 1 e 3.

MONARCHA, Carlos (Org.) **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, S.P.: Autores Associados, 2001.

MORAES. **Socialização da força de trabalho: instrução e qualificação no Estado de São Paulo, 1873-1934**. São Paulo: FFL-CHUSP, 1990.

MORAES, Dislane Zerbinatti. **Literatura, memória e ação política: uma análise de romances escritos por professores**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado)

MUNIZ, Josely Pereira Sursum! **Memória da tradição: a ação pedagógica de Anfrísia Augusto Santiago (Bahia, 1927-1950)**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado).

NACIMENTO, M.I. **O advento da Republica e os grupos escolares no Paraná 1900-1920**. UNCAMP: Revista on-line do HISTEDBR, nº13, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU/ Editora da USP, 1974.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária / Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado).

NEVES, E. F. **História Regional e Local: fragmentos e recomposição da História na crise da modernidade.** Salvador: UEFS/ARCADIA, 2002.Salvador.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Latifúndio (um estudo de história regional e local).** Salvador: UFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

NOVAIS (2001). **República: escola e cidadania: um estudo sobre três reformas para a educação no Espírito Santo (1882-1908).** São Paulo: FEUSP, 1996.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal.** Salvador: Faculdade de Educação da UFBA, 2003. 2 vols.

NUNES, Antonietta de Aguiar. **Diversos grupos negros africanos que vieram para a Bahia desde o sec. XVI.** in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro vol. 150 nº 364, julho/setembro 1989, p. 380-409.

_____. Capítulo de livro **O início da república na Bahia: surpresa, tensões, acomodações.** in MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org.) **Bahia Republicana – governadores e interventores.** Salvador: UCSal, 2000c pp. 23-8.

_____. Capítulo de livro **O primeiro governador da Bahia Republicana e seu projeto de reforma educacional.** em MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org.) **Bahia republicana – construindo a nossa história recente.** Salvador: UCSal, 2001(a) pp. 45-56

_____. (Org.). **Idéias políticas de Manuel Vitorino. Cronologia, notas biobliográficas e textos selecionados.** Brasília: Senado Federal / Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1981. 2 v. (Ação e Pensamento da República,6)

_____. **A instrução pública nas leis orçamentárias provinciais baianas.** 10 p. Trabalho apresentado no II Congresso Brasileiro de História da Educação realizado de 3 a 6 de novembro de 2002 em Natal, RGN. publicado em CD nos Anais do Congresso.

_____. **A política educacional do estado da Bahia: entre teoria e prática (1983-1987).** in Revista da FAEEBA (Faculdade de Educação do Estado da Bahia) nº 4, jul-dez 1995, pp. 123-149.

_____. **A reforma da educação baiana em 1881: o Regulamento Bulcão.** in Revista Gestão em Ação v.2 nº 2, jul-dez 1999c, pp71-83 e também in Anais do IV Congresso de História da Bahia, v. II 2001, pp 751-765.

_____. **A tentativa de universalização do ensino básico na Bahia com a proclamação da república.** in Revista da FACED nº 5 , jan-jun 2002, pp. 91-105.

_____. **A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias.** in Revista Gestão em ação v. 4 nº 2, jul-dez 2001d pp. 33-47.

_____. **As reformas educacionais na província da Bahia durante o Império brasileiro** in Revista Gestão em ação, PPGE/FACED e ISP/UFBa, v. 2 nº 1, jan-jun 1999b, pp 73-98.

_____. **Educação na Bahia durante a primeira República** in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 96, 2001c, 219-252.

_____. **Educação na Bahia no sec. XIX: algumas considerações.** in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia n. 93, jan;dez 1997b p. 165-203.

_____. **O governo do primeiro presidente do estado federado da Bahia: Manuel Vitorino Pereira, de 23 de novembro de 1889 a 25 de abril de 1890.** In: Revista da Fundação Pedro Calmon v.6, 2001e pp. 63-96.

_____. **O primeiro projeto de reforma educacional republicana na Bahia: os atos de Manuel Vitorino Pereira.** In: Revista ENSAIOS – Avaliação e Políticas Públicas em Educação vol. 8 nº 28 jul/set 2000(b) pp 373-395

_____. **O processo da independência na Bahia.** In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 90, 1992. p 211-223.

_____. **Política educacional do Segundo Governo Republicano na Bahia (1890).** in Revista Gestão em Ação v. 5 n. 2 jul/dez 2002, pp. 111-126.

_____. **Política educacional na Bahia por ocasião da implantação da República: dois projetos em conflito, 1889-1895.** In: Revista ESTUDOS ACADÊMICOS, Ano 2 nº 1. Salvador: Faculdade Ruy Barbosa, jan/jun 2000(a), pp. 31-38.

_____. **Uma avançada proposta de reforma educacional no último quartel do século XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa.** In: Revista da FACED nº 4, 2000, pp.11-25.

_____. **A formação oficial de professores na Bahia imperial.** In: Revista da FACED nº 2 – junho de 1999a pp121-139

_____. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: Liceu Provincial, 1860-1890.** Tese de Doutorado. Salvador: FACED/UFBa, 2001. 278 p.

_____. **O ensino no estado da Bahia 1924-1928.** Edição fac-símile. Salvador: Gráfica do colégio apoio, 2001. 123 p.

_____. **A reforma da educação secundária de 1890 no governo Virgílio Damásio.** 16 p. Trabalho apresentado no Seminário Educação e contemporaneidade na nova ordem mundial organizado pelo Mestrado em Educação da UNEB em Salvador, de 19 a 22 de novembro de 2002.

NUNES, Clarice(org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992 (Questões da nossa época; 4).

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro. Imaginário da leitura no Brasil colonial**. Campinas, 0S.P.:Editora da UNICAMP, 1994. (Col. Viagens da Voz).

OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro e ALMEIDA, Stela Borges de. **Anísio Teixeira: além da utopia**. in Revista de Educação CEAP, ano 9 n° 29 jun/ago 2000 pp.42. 35.

OLIVEIRA, J.T. (1992). **Uma colméia gigantesca: escola profissional feminina de São Paulo -1920-1930**. São Paulo. PUC, 1992.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Ensino primário e sociedade no Paraná durante a primeira república**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado).

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e Educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

SOUSA, R.F. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP.1998.

SILVA, M. Conceição B. Costa. **O ensino primário na Bahia: 1889-1930**. Salvador: FAGED/UFBA, 1997 (Tese de doutorado).

PAULILO, André Luiz. **Reforma educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal na década de 1920**. São Paulo: 2001 Dissertação (Mestrado).

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil nos anos Vinte**. São Paulo: Loyola, 1983.(Col. Educ-Ação; 9).

PERES, Fernando Antonio. **Estratégias de aproximação : um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado).

Pinheiro , A. C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

PINHEIRO, A. C. **Das cadeiras isoladas a cadeira dos grupos escolares na Paraíba** . UNICAMP/FE (Tese de doutorado), 2001.

PINHEIRO, M. L. **A Escola Normal de Campinas no período 1920-1936: praticas e representações**. UNICAMP/FE (tese de doutorado), 2003.

PRIORE, Mary del (org.) **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996. 176 p. (Col. Caminhos da História) (tem no computador)

Reis , R.M. Palácio da instrução. Institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910-1927), como dissertação de mestrado. Mato Grosso: UFMT (dissertação de mestrado), 2003.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal - Origens do ensino público paulista**. Campinas, S.P: Autores Associados, 1995 (COL. Memória da Educação).

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado).

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matizes da modernidade republicana : cultura política e pensamento educacional no Brasil: da geração da ilustração aos pioneiros da educação**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado).

RODRIGUES, Rosane Nunes. **Representações de feminismo e educação profissional doméstica (Rio de Janeiro - 1920 e 1930)**. São Paulo, 2002 Dissertação (Mestrado).

RONATO, N. **A escola profissional para o sexo feminino através da imagem da fotografia**. UNCIAMP/ FE (Tese de doutorado). 2003.

SANTOS, Vera Lúcia dos. **A Revista do "Patrocínio": textos e imagens de um periódico escolar dedicado à formação feminina (décadas de 20 e 30, século XX)**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado).

SAVIANI, Dermeval / LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (orgs.) **História e História da Educação – o debate teórico-metodológico atual**. Campinas,S.P. :Autores Associados, 1998.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam – O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá, Paraná: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1998..

SILVA, Alberto. **Raízes históricas da Universidade da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 150 p.

SILVA, Iliada Pires da. **A Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo e a construção de uma identidade sócio profissional docente 1901-1910**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado).

SILVA, José Cláudio Sooma. **A reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927-1930)**. São Paulo, 2004. Dissertação (Mestrado).

SILVA, M.P e INACIO FILHO, G. **Mulher e Educação Católica –1889-1930**; REVISTA On-line do HISTEDBR , nº 15 , 2004.

SILVA, Maria da Conceição Barbosa da Costa e. **O ensino primário na Bahia: 1889-1930**. Tese de Doutorado. Salvador: FAGED/UFBa, 1997. 138 p.

SILVA, Marina Correa Vaz da. **Da Maria fumaça a fumaça das fábricas: a escola livre de sociologia e política de São Paulo (1922-1940)**. São Paulo, 1994. (Tese de doutorado).

SILVA, R.B **O projeto de construção da nação na visão de Euclides da Cunha de Raquel Aparecida Bueno Silva**. UNICAMP/FE ,2004.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar de. **Sentidos da profissão docente : estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado).

SILVA, W. A. GATTI JUNIOR, D. **A formação de "Bons Cristãos" e virtudes cidadãos na princesa do sertão: o Colégio Marista de Uberaba (1903-1916)**. REVISTA On-line do HISTEDBR , n. 15 , 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (Org.) **Educação no Brasil – História e Historiografia**. Campinas, S.P:Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001. 234 p.

SOUZA (1998), **Em Tempos de Civilização: a implantação da escola primária no Estado de São Paulo (1810-1910)**. São Paulo: FEUSP, 1979.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A Escola e a Memória**. Bragança Paulista, S.P: Editora da Universidade São Francisco (EDUSF), 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado).

TANURI (1979): **O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**: São Paulo. FE/USP, 1979.

TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. **Na marcha do ensino: a organização burocrática do ensino estadual no São Paulo Republicano - 1892/1910**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado).

TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. **Ordem e a medida: escola e psicologia em São Paulo (1890-1930)**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado).

TAVARES, Luís Henrique Dias, ANDRADE, Maria José de Souza e TEIXEIRA, Marli Geralda. **Ementário da legislação educacional do Estado da Bahia no período republicano 1889-1983**. Salvador: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, 1985.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Duas reformas da educação na Bahia: 1895-1925**. Salvador: Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Bahia (MEC), 1968. 63 p. (Série Estudos e Pesquisas).

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Fontes para o estudo da Educação no Brasil – Bahia**. 2ª ed. Salvador: UNEB, 2001/2002.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Nacional/ Brasília: INL, 1976. 385 p. (Col. Atualidades pedagógicas; 132).

TELLES, José Francisco. **Subsídio à História da Pedagogia e da Educação na Bahia (Recordações de um Mestre-Escola)** 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 1989.

TORRES, Tranquilino. **O Município da Vitória**. Apresentação e notas de Ruy Medeiros. . V. da Conquista: UESB; Museu Regional, 1996, (Memória Conquistense).

TREVISAN, Leonardo. **Estado & Educação na história brasileira (1750/1900)**. São Paulo: Moraes, 1987.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo dos corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos das crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 - 1920)**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado).

VIANNA, Hildegardes. **A Escola Normal de Música - Breve notícia da escola de Jatobá**. in Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 90, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves e SOUZA, Maria Cecília Cortez C. **A memória e a sombra – a escola brasileira entre o império e a república**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. São Paulo, 2004 Tese (Livre Docência).

VIEIRA, F. C. **O perfil do professor municipal de Uberaba no império e primeira república**. Revista on-line do HISTEDBR, nº15, 2004.

VIEIRA, F.C. **O perfil do professor municipal de Uberaba no Império e Primeira República; de Vieira**. REVISTA On-line do HISTEDBR , n15 , 2004.

VILAS, Maria Cristina Perez. **Pensar e escrever a leitura na escola: Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado).

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no sec. XVIII**. Salvador: Itapuã, 1969. 3 vols.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da Província da Bahia**: Efetivos e Interinos, 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

XAVIER, Libânia Nacif. **Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista, S.P: Editora da Universidade São Francisco (EDUSF), 2002.

XAVIER, Maria Elizabete / RIBEIRO, Maria Luiza e NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação - a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.. (Col. Aprender e ensinar).

XAVIER, Maria Elizabete S.P. **Poder político e educação de elite**, 3^a ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1992.